

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*



**Relatório e Contas do Exercício de 2018**

P. A. N.

## CONTEÚDO

Relatório de Atividades	4
Balanço	10
Demonstração dos Resultados por Naturezas	11
Demonstração de Alterações nos Fundos Patrimoniais	12
Demonstração de Fluxos de Caixa	14
Anexo às Demonstrações Financeiras	15
Certificação Legal das Contas	
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	

ÍNDICE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES .....	4
BALANÇO.....	10
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS .....	11
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS .....	12
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	14
ANEXO .....	15
1. Identificação da Entidade.....	15
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	15
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	16
3.1. Bases de Apresentação.....	16
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	17
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros .....	24
5. Ativos Fixos Tangíveis .....	25
6. Ativos Intangíveis.....	26
7. Financiamentos Obtidos .....	26
8. Rédito.....	27
9. Provisões, passivos contingentes, ativos contingentes e garantias .....	27
10. Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	27
11. Imposto sobre o Rendimento .....	28
12. Benefícios dos empregados.....	28
13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	29
14. Outras informações .....	29
14.1. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros .....	29
14.2. Clientes e Utentes.....	30
14.3. Caixa e Depósitos Bancários .....	31
14.4. Fundos Patrimoniais .....	31
14.5. Fornecedores.....	32
14.6. Estado e Outros Entes Públicos .....	32
14.7. Diferimentos.....	33
14.8. Outras Dívidas a Pagar.....	33
14.9. Subsídios, doações e legados à exploração.....	33
14.10. Fornecimentos e serviços externos .....	34
14.11. Outros rendimentos .....	34
14.12. Outros gastos.....	35
14.13. Resultados Financeiros.....	35
14.14. Acontecimentos após data de Balanço.....	36

*Paços*

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Através do presente relatório de gestão, vem a Associação da sociedade dar conhecimento aos Associados e terceiros com os quais a sociedade se relaciona, de alguns aspetos que considera mais relevantes e relacionados com a atividade desenvolvida pela **MOVELTEX - Centro de Competências e de Incubação de Empresas, Associação**, no exercício de 2018.

Assim:

### 1. INTRODUÇÃO

A MOVELTEX - Centro de Competências e de Incubação de Empresas, Associação, entidade sem fins lucrativos, criada numa iniciativa conjunta da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, da PROFISOUSA – Associação de Ensino Profissional do Vale do Sousa e da AEPF - Associação Empresarial de Paços de Ferreira.

A MOVELTEX, cuja designação substituiu a antiga Tecval, continua a desenvolver a sua atividade de incubadora de empresas, ou seja, dispõe de uma infraestrutura acolhedora para atividades inovadoras, num ambiente qualificado, de multi-competências, oferecendo, para além de espaços devidamente equipados e organizados, uma vasta gama de serviços de apoio às empresas que pretendam desenvolver uma atividade, que se alavanque, no cluster do mobiliário e do setor têxtil da região.

A sua missão é a criação de novas empresas e negócios que acrescentam à região novos meios tecnológicos, atuando como agente catalisador da inovação e empreendedorismo. Com este propósito pretende ser a incubadora de base tecnológica de excelência do Vale do Sousa, provocando a mudança para um novo paradigma da realidade empresarial da região.

A MOVELTEX, Incubadora de Empresas, estimula a formação de empresas, a partir das iniciativas de empreendedores, que preferencialmente façam transferência da tecnologia gerada nos centros de conhecimento, nas universidades e centros de pesquisa. Esta oferece uma série de facilidades e serviços, permitindo que os empreendedores se concentrem no desenvolvimento dos seus produtos e na consolidação da gestão geral e comercial de suas empresas. A direção da Moveltex certificou a incubadora para os Vales Incubação e para o Startup Visa, oferecendo todas as condições para o desenvolvimento de empresas competitivas com original local ou internacional e voltadas para os mercados do mundo.

A MOVELTEX como Centro de Modernização Empresarial oferece suporte às micro e pequenas empresas no desenvolvimento de novas ideias, novos produtos e preparação de projectos piloto.

As empresas encontram na MOVELTEX quem lhes proporcione suporte na gestão, apresentação de novas tecnologias a empresas interessadas, programas de formação, assessoria técnica, desenvolvimento de inovações e prestação de serviços em áreas de interesse.

Em articulação com a Câmara Municipal de Paços de Ferreira, a Moveltex coordena o funcionamento do Espaço Empresa e ainda os serviços do Balcão das Empresas, para além da coordenação do plano estratégico para os setores do mobiliário e têxtil, no âmbito do qual organiza diretamente iniciativas ou promove a sua realização.

## **2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA**

### **A. MARKETING E COMUNICAÇÃO**

**A.1.** Durante o ano de 2018 foi mantida e melhora a página da internet e do Facebook que serviu para divulgar as iniciativas que a instituição ia desenvolvendo, assim como foi mantida uma informação constante com as empresas incubadas.

**A.2.** A presença na internet foi assegurada: [www.moveltex.com](http://www.moveltex.com)  
Está página contemplará ferramentas para a gestão corrente da MOVELTEX e suporta o modelo de incubação virtual implementado.

### **B. INCUBAÇÃO DE EMPRESAS**

Em 31 de Dezembro do exercício de 2018, abaixo mencionamos algumas das empresas que se encontravam incubadas ao nível físico na Moveltex:

- Moso International B. V. – Co-working
- Riscos 3D - Edgar Calção – Co-working
- Alphadetails – Néilson José Nunes Barros, Unipessoal Lda. – Incubação Física
- Ontable – Incubação Física
- IOSAE – Incubação Física
- Blimpframe-Telma Costa – Incubação Física
- Honnete Furniture – Incubação Virtual
- Carlos Sousa – Incubação Física
- HD Design - Hugo M.D.S.Carneiro – Incubação Física

O modelo de incubação disponibiliza 3 tipos de incubação: virtual e física (em regime de co-working e em sala individualizada). Cada um destes serviços de incubação agrega um conjunto de outros serviços gerais associados:

- Segurança e vigilância geral das instalações;
- Limpeza geral das instalações (apenas os espaços comuns);
- Limpeza da área arrendada duas vezes por semana e remoção de resíduos sólidos domésticos;
- 1 (um) telefone ligado à rede de voz (ligação interna e para exterior, mobiliário e 2 computadores);
- Infraestrutura de dados com pré-conectividade ativa;
- Caixa de correio;
- Parque para convidados e visitantes, sempre observando a sua capacidade máxima;
- Manutenção e conservação de áreas e infraestruturas comuns: arruamentos, espaços verdes, zonas de circulação, incluindo escadas;
- Manutenção e conservação das redes secundárias de serviços de água, eletricidade, telecomunicações, esgotos e ar condicionado, nas áreas comuns;
- Manutenção e conservação dos equipamentos de interesse coletivo: sinalização, iluminação exterior, áreas de lazer, etc.;
- Água, eletricidade e demais fornecimentos relativos às áreas de circulação e aos espaços de uso comum.

Como serviços complementares as empresas tiveram disponíveis, serviços de apoio nas áreas de:

- Gestão;
- Marketing
- Apoio ao Financiamento;
- Apoio ao desenvolvimento de produtos e serviços;
- Estudos de Viabilidade Económica e Financeira;
- Apoio a projetos de Investimento;
- Apoio realização candidaturas;
- Apoio na Gestão de Recursos Humanos;
- Apoio Jurídico;
- Direito Comercial;
- Propriedade Industrial;
- Centro de Transferência de Tecnologia;
- Formação Profissional;
- Entre outros.

## Novo regulamento de utilização

A incubadora está acreditada junto do IAPMEI para os vales incubação e StarUP Visa (programa de acolhimento de empreendedores estrangeiros que pretendam desenvolver um projeto de empreendedorismo e/ou inovação em Portugal).

## C. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Na sequência do plano estratégico desenvolvido pelo CECEJ do ISCAP para os dois principais setores de atividade económica do Município de Paços de Ferreira, a Câmara Municipal de Paços de Ferreira entendeu que a Moveltex seria, por reunir no seu património associativo, além da Câmara, a Associação Empresarial e a Profisousa, o seu parceiro mais ajustado para uma atuação concertada no domínio do desenvolvimento económico do município, pelo que a incumbiu de coordenar as ações nele previstas, bem como lhe atribui responsabilidades no desenvolvimento dos serviços do Espaço Empresa e Balcão das Empresas, tendo para tal celebrado um contrato programa para o ano de 2018. De forma regular a Moveltex reuniu com o Município de Paços de Ferreira, articulando as iniciativas a desenvolver e/ou informando os passos dados e as iniciativas desenvolvidas. Salientam-se as mais relevantes desenvolvidas durante o referido ano:

- Chef's collection – contatos com o novo projeto do Chef Pedro Lemos
- Acompanhamento dos projectos SIAC e SAAC da AEPF
- Contactos com universidades e estabelecimento de protocolos
- Visita/participação em feiras internacionais, nomeadamente feira de Zaragoza e Valência
- Programa de Natal e concurso de montras em parceria com a AEPF
- Coordenação da contribuição da CEM na participação no Experimenta Portugal, com os Irmãos Campana.
- The Best Furniture of the World, exposição das peças e planeamento da II Edição

## 3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

No decorrer de 2018 a atividade da MOVELTEX desenvolveu-se dentro dos parâmetros determinados pela direção dando seguimento no essencial aos projetos e atividades em curso e cujas principais variáveis o confirmam.

### > Balanço

Da análise financeira efetuada ao balanço da MOVELTEX, com referência a 31 de Dezembro de 2018, não existiram variações significativas face ao exercício de 2017.

## ➤ **Demonstração de Resultados**

Ao nível de Demonstração de Resultados destacam-se os seguintes aspetos:

- Uma diminuição do volume de negócios comparativamente a 2017, de cerca de 42.000 euros (65%), passando de 105.241,69 euros para 37.139,52 euros.
- Paralelamente a estrutura de custos teve um decréscimo acentuado, acompanhando a diminuição do volume de vendas, com realce para a rubrica de "Fornecimentos e Serviços externos".
- Os Gastos com Pessoal mantiveram-se no mesmo nível de 2017.
- Aumento da rubrica de Subsídios. Em 2018, o Município de Paços de Ferreira, atribuiu um subsídio no âmbito dos fins estatutários da Associação Moveltex.

Consequentemente, o resultado líquido do exercício foi positivo em 13.985,64 euros, verificando-se um aumento face ao exercício de 2017 (resultado líquido positivo em 498,63 euros).

## **4. DIVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL E SEGURANÇA SOCIAL**

Em 31 de Dezembro de 2018, a empresa não tinha quaisquer dívidas à Administração Fiscal, ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

## **5. ATIVIDADE DA ASSOCIAÇÃO**

Comprometida com o futuro e reagindo a uma envolvente cada vez mais exigente e competitiva, os sócios da MOVELTEX continuarão a ter uma posição interventiva na dinamização da sua atividade, de modo a articular o seu desempenho com cada uma das instituições participantes, por forma a que os resultados globais sejam sentidos por toda a comunidade que servem, os empresários, as empresas, os empreendedores e, em última análise, a população da região que beneficiará de uma melhor economia local.

## **6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

A MOVELTEX obteve um resultado líquido positivo de 13.985,64 euros (Treze Mil Novecentos e Oitenta e Cinco Euros e Sessenta e Quatro Cêntimos), propondo-se a transferência para a rubrica de Reservas Legais (699,28 euros) e para a rubrica de Resultados Transitados (13.286,36 euros).

## 7. AGRADECIMENTOS

Os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança, em particular aos empreendedores e a todas as Empresas e Empresários do Município, em especial a todos aqueles que participaram ativamente nas iniciativas desenvolvidas ao longo do ano, porque a eles se deve muito do nosso crescimento e desenvolvimento.

Aos nossos Colaboradores e Auditores também não queríamos deixar uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, fundamental ao crescimento sustentado da Associação presente e futuro.

Paços de Ferreira, 01 de Março de 2019

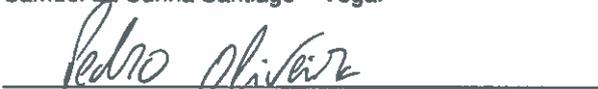
A Direção



Humberto Fernando Leal Pacheco de Brito - Presidente



Samuel da Cunha Santiago - Vogal



Pedro Miguel Oliveira Rodrigues - Vogal

P. Silva

**BALANÇO**

**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(valores em Euro)

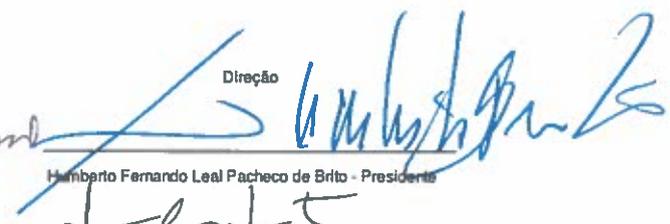
RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2018	2017
<b>ATIVO</b>			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	199 909,37	203 417,56
Ativos intangíveis	6	0,00	1 803,33
Outros investimentos financeiros		579,60	386,40
Subtotal		200 488,97	205 607,29
Ativo corrente			
Clientes	14.2	5 696,53	8 495,48
Estado e outros Entes Públicos	11 ; 13 ; 14.6	3 687,02	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	14.1	0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	14.3	14 920,22	11 368,38
Subtotal		24 303,77	19 863,86
<b>Total do ativo</b>		<b>224 792,74</b>	<b>225 471,15</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14.4	200 000,00	200 000,00
Reservas	14.4	145,67	120,75
Resultados transferidos	14.4	-196 942,59	-197 416,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	14.4	123 290,12	127 073,29
Resultado Líquido do período		13 985,64	498,33
<b>Total do fundo do patrimonial</b>		<b>140 478,84</b>	<b>130 276,37</b>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	9	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	14.8	0,00	700,75
Subtotal		0,00	700,75
Passivo corrente			
Fornecedores	14.5	13 196,16	19 683,19
Adiantamentos de clientes	14.2	184,50	0,00
Estado e outros Entes Públicos	11 ; 13 ; 14.6	2 815,61	2 272,20
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	14.1	53 195,04	53 195,04
Financiamentos obtidos	7	0,00	0,00
Diferimentos	14.7	0,00	5 653,52
Outras dívidas a pagar	14.8	14 922,59	13 690,08
Subtotal		84 313,90	94 494,03
<b>Total do passivo</b>		<b>84 313,90</b>	<b>95 194,78</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>224 792,74</b>	<b>225 471,15</b>

Paços de Ferreira, 01 de Março de 2019

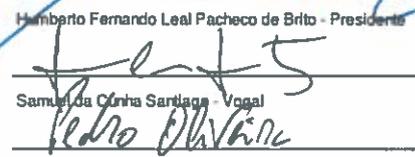
O Contabilista Certificado

  
José António Magalhães Machado (CC n.º 13.764)

Direção

  
Humberto Fernando Leal Pacheco de Brito - Presidente

Samuel da Cunha Santiago - Vogal

  
Pedro Miguel Oliveira Rodrigues - Vogal

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

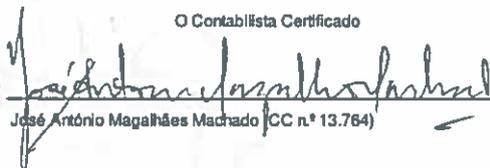
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(valores em Euro)

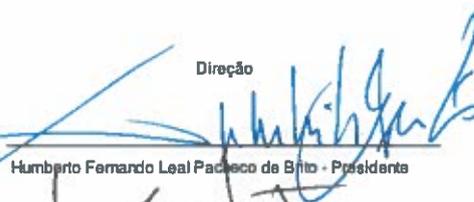
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	8	37 139,52	105 241,69
Subsídios, doações e legados à exploração	14.9	55 000,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	14.10	-34 079,75	-67 478,67
Gastos com o pessoal	12	-39 190,53	-35 344,30
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14.2	-3 717,09	0,00
Outros rendimentos	14.11	5 252,01	6 173,73
Outros gastos	14.12	-112,41	-1 884,99
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>20 291,75</b>	<b>6 707,46</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 ; 6	-5 250,53	-5 916,94
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>15 041,22</b>	<b>790,52</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	14.13	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	14.13	-4,99	-91,09
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>15 036,23</b>	<b>699,43</b>
Imposto sobre o rendimento do período	11 ; 14.6	-1 050,59	-201,10
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>13 985,64</b>	<b>498,33</b>

Paços de Ferreira, 01 de Março de 2019

O Contabilista Certificado

  
José António Magalhães Machado (CC n.º 13.764)

Direção

  
Humberto Fernando Leal Paçoco de Brito - Presidente

  
Sámano da Cunha Santiago - Vogal

  
Pedro Miguel Oliveira Rodrigues - Vogal



**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

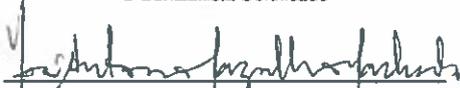
**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(valores em Euro)

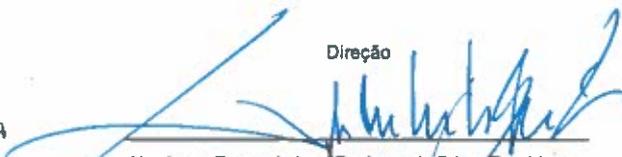
RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2018	2017
<b>Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		36 405,88	130 750,86
Pagamento a fornecedores		40 587,69	63 411,77
Pagamentos ao pessoal		37 189,93	36 433,84
Caixa gerada pelas operações		-41 371,74	30 905,25
Pagamento/recabimento do imposto sobre o rendimento		0,00	320,36
Outros recebimentos/pagamentos		52 944,78	-13 179,33
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		11 573,04	17 405,58
<b>Fluxos de caixa das atividade de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		1 742,34	1 569,11
Investimentos financeiros		193,20	193,20
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Outros ativos		1 803,33	0,00
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		-132,21	-1 762,31
<b>Fluxos de caixa das atividade de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	4 753,65
Juros e gastos similares		4,99	133,11
Outras operações de financiamento		7 884,00	5 770,00
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		-7 888,99	-10 656,76
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>3 551,84</b>	<b>4 986,49</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>11 368,38</b>	<b>6 381,89</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	14.3	<b>14 920,22</b>	<b>11 368,38</b>

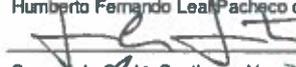
Paços de Ferreira, 01 de Março de 2019

O Contabilista Certificado

  
José António Magalhães Machado (CC n.º 13.764)

Direção

  
Humberto Fernando Leal Pacheco de Brito - Presidente

  
Samuel da Cunha Santiago - Vogal

  
Pedro Miguel Oliveira Rodrigues - Vogal

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIA NO PERÍODO 2018**

(valores em Euro)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transferidos	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018</b>	1	209 000,00	120,75	-197 418,00	127 073,29	488,33	130 278,37	130 278,37
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>								
Aplicação de resultados		0,00	24,92	473,41	0,00	-498,33	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	0,00	-3 783,17	0,00	-3 783,17	-3 783,17
	2	0,00	24,92	473,41	-3 783,17	-498,33	-3 783,17	-3 783,17
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	3					13 985,64	13 985,64	13 985,64
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	4a2+3					13 487,31	10 202,47	10 202,47
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>								
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2018</b>	6a1+2+3+4	209 000,00	145,67	-196 942,58	123 290,12	13 985,64	140 478,84	140 478,84

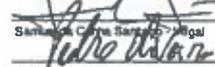
Praça de Ferreira, 01 de Março de 2019

O Contabilista Certificado

  
José António Megalães Machado (CC n.º 13.784)

A Direção

  
Humberto Fernando Leal Pacheco de Brito - Presidente

  
Pedro Miguel Oliveira Rodrigues - Vogal

Pedro Miguel Oliveira Rodrigues - Vogal

## ANEXO

### 1. Identificação da Entidade

A **MOVELTEx - Centro de Competências e de Incubação de Empresas, Associação** (anteriormente denominada TECVAL – Centro de Incubação de Empresas de Novas Tecnologias do Vale do Sousa, Associação), é uma Associação sem fins lucrativos de Direito Privado, constituída em 29 de Julho de 2004, pelos Associados fundadores:

- Câmara Municipal de Paços de Ferreira;
- Associação Empresarial de Paços de Ferreira; e
- Profisousa – Associação de Ensino Profissional do Vale do Sousa.

A Associação tem (i) a sua sede na Rua Dr. Nicolau Carneiro, 196, Concelho de Paços de Ferreira e (ii) por objeto social, a gestão de infra-estruturas de acolhimento e incubação de recém criadas empresas de novas tecnologias e a prestação de serviços às empresas acolhidas ou incubadas, incluindo formação profissional e ou empresarial. Para o efeito dispõe de um Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica para acolher Empresas de base tecnológica e Instituições ligadas à envolvente externa na Zona do Vale do Sousa.

É da opinião da Direção que estas Demonstrações Financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Associação, relativas ao período de 01 de Janeiro de 2018 a 31 de Dezembro de 2018 bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa à data de 31 de Dezembro de 2018.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC - ESNL).

### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;

- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

O DL n.º 98/2015 de 2 de Junho alterou o DL n.º 158/2009 de 13 de julho.

No período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2016, as entidades devem aplicar as novas políticas contabilísticas alteradas pelo Aviso n.º 8256/2015, de 29 de Julho, sem reexpressar os saldos existentes no início desse período, e divulgar no Anexo as quantias que não sejam comparáveis.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (SNC) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

### **3. Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1. Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### **3.1.1. Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### **3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes

rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

### 3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### 3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

## 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente

atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

Os ativos fixos tangíveis, com exceção da rubrica de Edifícios e Outras Construções, encontram-se valorizados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. A rubrica de Edifícios e Outras Construções que foram alvo de reavaliação, encontram-se registados ao justo valor.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo. Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	3 a 10
Equipamento administrativo	7 a 14
Outros activos fixos tangíveis	5 a 8

A Associação revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

### 3.2.2. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Associação determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, sendo amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada o qual varia entre 3 e 4 anos.

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Clientes e outros créditos a Receber

Os “Clientes” e as “Outros créditos a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras dívidas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.4. Fundos Patrimoniais**

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### **3.2.5. Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### **3.2.6. Financiamentos Obtidos**

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda.

A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

### **3.2.7. Subsídios do Governo e Apoios do Governo**

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando houver uma certeza razoável de que a empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos, e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são reconhecidos inicialmente no fundo patrimonial, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam. Nos casos em que os subsídios estejam relacionados com ativos fixos tangíveis não depreciables ou ativos intangíveis com vida útil indefinida, serão mantidos no fundo patrimonial exceto quanto a quantias que sejam necessárias para compensar eventuais perdas por imparidade.

Subsídios do Governo reembolsáveis são passivos e como tal registados e apresentados. O eventual benefício decorrente da isenção ou bonificação de juros não é registado como ganho.

Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são aqueles que não sejam os que estão relacionados com ativos. Estes são reconhecidos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

### 3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de

*Car. de*

*U  
P.*

utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRCS.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos e cinco anos para a Segurança Social a partir de 2001, exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### **4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

*J. P. Silva*  
*[Signature]*

## 5. Ativos Fixos Tangíveis

### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2017						
	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
<b>Custo</b>						
Edifícios e outras construções	254 280,18	0,00	0,00	0,00	0,00	254 280,18
Equipamento básico	99 134,31	0,00	0,00	0,00	0,00	99 134,31
Equipamento administrativo	0,00	569,11	0,00	0,00	0,00	569,11
Outros activos fixos tangíveis	2 536,92	1 000,00	0,00	0,00	0,00	3 536,92
<b>Total (1)</b>	<b>355 951,41</b>	<b>1 569,11</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>357 520,52</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Edifícios e outras construções	49 638,06	5 012,03	0,00	0,00	0,00	54 650,09
Equipamento básico	97 271,79	698,61	0,00	0,00	0,00	97 970,40
Equipamento administrativo	0,00	81,30	0,00	0,00	0,00	81,30
Outros activos fixos tangíveis	1 276,17	125,00	0,00	0,00	0,00	1 401,17
<b>Total (2)</b>	<b>148 186,02</b>	<b>5 916,94</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>154 102,96</b>
<b>Total (1)-(2)</b>	<b>207 765,39</b>	<b>-4 347,83</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>203 417,56</b>

31 de Dezembro de 2018						
	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
<b>Custo</b>						
Edifícios e outras construções	254 280,18	0,00	0,00	0,00	0,00	254 280,18
Equipamento básico	99 134,31	0,00	0,00	0,00	0,00	99 134,31
Equipamento administrativo	569,11	0,00	0,00	0,00	0,00	569,11
Outros activos fixos tangíveis	3 536,92	0,00	0,00	0,00	0,00	3 536,92
<b>Total</b>	<b>357 520,52</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>357 520,52</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Edifícios e outras construções	54 650,09	4 933,04	0,00	0,00	0,00	59 583,13
Equipamento básico	97 970,40	111,19	0,00	-1 742,34	0,00	96 339,25
Equipamento administrativo	81,30	81,30	0,00	0,00	0,00	162,60
Outros activos fixos tangíveis	1 401,17	125,00	0,00	0,00	0,00	1 526,17
<b>Total</b>	<b>154 102,96</b>	<b>5 250,53</b>	<b>0,00</b>	<b>-1 742,34</b>	<b>0,00</b>	<b>157 611,15</b>
<b>Total (1)-(2)</b>	<b>203 417,56</b>	<b>-5 250,53</b>	<b>0,00</b>	<b>1 742,34</b>	<b>0,00</b>	<b>199 909,37</b>

## 6. Ativos Intangíveis

### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2017						
	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
<b>Custo</b>						
Outros ativos Intangíveis	120 352,58	0,00	0,00	0,00	0,00	120 352,58
<b>Total (1)</b>	<b>120 352,58</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>120 352,58</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Outros ativos Intangíveis	118 549,25	0,00	0,00	0,00	0,00	118 549,25
<b>Total (2)</b>	<b>118 549,25</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>118 549,25</b>
<b>Total (1)-(2)</b>	<b>1 803,33</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 803,33</b>
31 de Dezembro de 2018						
	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
<b>Custo</b>						
Outros ativos Intangíveis	120 352,58	0,00	0,00	0,00	0,00	120 352,58
<b>Total</b>	<b>120 352,58</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>120 352,58</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Outros ativos Intangíveis	118 549,25	0,00	0,00	1 803,33	0,00	120 352,58
<b>Total</b>	<b>118 549,25</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 803,33</b>	<b>0,00</b>	<b>120 352,58</b>
<b>Total (1)-(2)</b>	<b>1 803,33</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-1 803,33</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 7. Financiamentos Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2018, a rubrica de Financiamentos Obtidos é nula. O financiamento foi liquidado no decorrer do exercício de 2017.

## 8. Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	0,00	0,00
<b>Vendas (1)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Serviços Prestados a Clientes e Utentes	37 139,52	105 241,69
Quotas e Jóias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
<b>Prestação de Serviços (2)</b>	<b>37 139,52</b>	<b>105 241,69</b>
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dívidandos	0,00	0,00
<b>Juros, Royalties e Dívidandos (3)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total (1)+(2)+(3)</b>	<b>37 139,52</b>	<b>105 241,69</b>

## 9. Provisões, passivos contingentes, ativos contingentes e garantias

### Provisões

Nos períodos de 2018 e 2017, não ocorreram variações relativas a provisões.

### Passivos Contingentes

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Empresa não tinha processos em curso que possam ser avaliados como passivos contingentes.

### Ativos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Empresa não tinha processos em curso que possam ser avaliados como ativos contingentes.

## 10. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade recebeu um subsídio por parte da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, no âmbito dos seus fins estatutários.

## 11. Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, é como segue:

Descrição	2018	2017
IRC Liquidado	1 032,81	159,48
Tributação Autónoma	17,78	41,62
<b>Total</b>	<b>1 050,59</b>	<b>201,10</b>

A decomposição do montante de imposto do período reconhecido nas Demonstrações Financeiras, é conforme segue:

Descrição	2018	2017
Imposto Corrente	1 050,59	201,10
Imposto Diferido	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1 050,59</b>	<b>201,10</b>

## 12. Benefícios dos empregados

Para os períodos de 2018 e 2017, foram reconhecidos os seguintes Gastos com Pessoal:

Descrição	2018	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao Pessoal	32 656,53	29 264,65
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	6 300,18	5 860,57
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	233,82	219,08
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>39 190,53</b>	<b>35 344,30</b>

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de empregados da entidade ao longo do ano, e o número no período findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 foi de:

	2018	2017
Número médio de empregados	1	1
Número de empregados no fim do período	1	1

### 13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Em 31 de Dezembro de 2018 a entidade não possuía dívidas ao Estado, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

### 14. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

#### 14.1. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
<b>Ativo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador		
- AEPF	35 140,42	35 140,42
- Profisousa	18 054,62	18 054,62
<b>Total</b>	<b>53 195,04</b>	<b>53 195,04</b>

## 14.2. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2018 e 2017, a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
<b>Clientes e Utentes c/c</b>	<b>5 696,53</b>	<b>8 495,48</b>
Clientes	5 696,53	8 495,48
Utentes	0,00	0,00
<b>Clientes e Utentes títulos a receber</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
<b>Clientes e Utentes cobrança duvidosa</b>	<b>3 717,09</b>	<b>0,00</b>
Clientes	3 717,09	0,00
Utentes	0,00	0,00
<b>Total (1)</b>	<b>9 413,62</b>	<b>8 495,48</b>
<b>Imparidades de Clientes e Utentes c/c</b>	<b>-3 717,09</b>	<b>0,00</b>
Clientes	-3 717,09	0,00
Utentes	0,00	0,00
<b>Total (2)</b>	<b>-3 717,09</b>	<b>0,00</b>
<b>Total (1)+(2)</b>	<b>5 696,53</b>	<b>8 495,48</b>
<b>Adiantamentos de Clientes e Utentes c/c</b>	<b>-184,50</b>	<b>0,00</b>
Clientes	-184,50	0,00
Utentes	0,00	0,00

Nos períodos de 2018 e 2017 foram registadas as seguintes "Perdas e Reversões de Perdas por Imparidade":

Descrição	2018	2017
Clientes	-3 717,09	0,00
Utentes	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>-3 717,09</b>	<b>0,00</b>

#### 14.3. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	646,61	79,90
Depósitos à ordem	14 273,61	11 288,48
Depósitos a prazo	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>14 920,22</b>	<b>11 368,38</b>

#### 14.4. Fundos Patrimoniais

O Fundo Social da MOVELTEX, em 31 de Dezembro de 2018, encontra-se totalmente realizado e detalha-se como segue:

Associados	31.12.2018		31.12.2017	
	% Participação	Património	% Participação	Património
AEPF	63,64%	127 272,73	64%	127 272,73
CMPF	27,27%	54 545,45	27%	54 545,45
Profisousa	9,09%	18 181,82	9%	18 181,82
	<b>100%</b>	<b>200 000,00</b>	<b>100%</b>	<b>200 000,00</b>

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2018
Fundos	200 000,00	0,00	0,00	200 000,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	120,75	0,00	0,00	120,75
Resultados transitados	-197 416,00	498,33	0,00	-196 917,67
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	127 073,29	0,00	-3 783,17	123 290,12
Resultado líquido do período	498,33	13 985,64	-498,33	13 985,64
<b>Total</b>	<b>130 276,37</b>	<b>14 483,97</b>	<b>-4 281,50</b>	<b>140 478,84</b>

#### Distribuição de Resultados

O Resultado Líquido Positivo do Exercício de 2017 de 498,33 euros (Quatrocentos e Noventa e Oito Euros e Trinta e Três Cêntimos) foi transferido na sua totalidade para rubrica de Reservas Legais (24,92 euros) e para a rubrica de Resultados Transitados (473,41 euros).

#### Outras Variações no Fundo Patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Outras Variações no Fundo Patrimonial, detalha-se como segue:

OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	Valor
Outras variações de capital próprio 31.12.2015	135 645,91
Reconhecimento do proveito	-4 289,64
Outras variações de capital próprio 31.12.2016	131 356,27
Reconhecimento do proveito	-4 282,98
Outras variações de capital próprio 31.12.2017	127 073,29
Reconhecimento do proveito	-3 783,17
Outras variações de capital próprio 31.12.2018	123 290,12

#### 14.5. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	13 196,16	19 683,19
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
<b>Total Fornecedores</b>	<b>13 196,16</b>	<b>19 683,19</b>

#### 14.6. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Imposto sobre o Rendimento	0,00	0,00
Retenção Imposto sobre Rendimento	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3 687,02	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>3 687,02</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos	1 050,59	201,10
Retenção Imposto sobre Rendimento	782,00	660,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	258,20
Segurança Social	965,61	1 135,49
Outros Impostos e Taxas	17,41	17,41
<b>Total</b>	<b>2 815,61</b>	<b>2 272,20</b>

#### 14.7. Diferimentos

A rubrica de "Diferimentos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
<b>Gastos a reconhecer:</b>		
Outros	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Rendimentos a reconhecer:</b>		
Rendimentos a reconhecer - Faturação	0,00	5 653,52
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>5 653,52</b>

O montante evidenciado a 31.12.2017 na rubrica de rendimentos a reconhecer – Faturação, refere-se a rendimentos decorrentes de um contrato de Prestação de Serviços celebrado em 2017 entre a Moveltex e a Câmara Municipal de Paços de Ferreira com duração de 8 meses (até Janeiro de 2018).

#### 14.8. Outras Dívidas a Pagar

A rubrica "Outras dívidas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>	0,00	2 031,34	0,00	1 499,58
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>	0,00	4 306,50	0,00	4 306,50
Remunerações a pagar	0,00	4 306,50	0,00	4 306,50
Outras credores por acréscimos de gastos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Outros credores</b>	0,00	8 584,75	700,75	7 884,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>14 922,59</b>	<b>700,75</b>	<b>13 690,08</b>

As Outras Dívidas a Pagar incluem 4.306,50 euros (em 2017: 4.306,50 euros) de credores por acréscimos de gastos relativos a direitos adquiridos por trabalho prestado (férias e subsídio de férias) em 2018 e a liquidar em 2019.

#### 14.9. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade nos períodos de 2018 e 2017, reconheceu um subsídio recebido por parte da Câmara Municipal de Paços de Ferreira no montante de 55.000 euros.

#### 14.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Trabalhos Especializados	21 853,00	25 371,00
Deslocações e Estadas	5 834,58	2 446,25
Publicidade e Propaganda	2 379,00	12 065,59
Conservação e reparação	2 292,31	0,00
Contencioso e Notariado	800,62	0,00
Material de Escritório	190,71	267,71
Comunicação	178,80	30,16
Serviços Bancários	104,90	111,75
Outros Materiais	4,88	18 649,92
Transporte de Mercadorias	0,00	3 871,00
Rendas e alugueres	0,00	2 650,00
Subcontratos	0,00	1 333,34
Ferramentas e Utensílios	0,00	203,80
Outros	440,95	478,15
<b>Total</b>	<b>34 079,75</b>	<b>67 478,67</b>

#### 14.11. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	19,38
Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	175,46
Imputação do Subsídio para Investimento	3 783,17	4 282,98
Outros rendimentos e ganhos	1 468,84	1 695,91
<b>Total</b>	<b>5 252,01</b>	<b>6 173,73</b>

O montante evidenciado na rubrica subsídios, respeita ao reconhecimento do proveito relacionado com o subsídio obtido relacionado com o contrato de concessão de incentivos, celebrado em 2005, com o IAPMEI (POR/2005/0013/3.1/DREN).

#### 14.14. Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direção em 01 de Março de 2019.

Paços de Ferreira, 01 de Março de 2019

O Contabilista Certificado

  
José António Magalhães Machado (CC n.º 13.764)

A Direção

  
Humberto Fernando Leal Pacheco de Brito - Presidente

  
Samuel da Cunha Santiago - Vogal

  
Pedro Miguel Oliveira Rodrigues - Vogal

**14.12. Outros gastos**

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	7,14	11,28
Correções relativas a exercícios anteriores	84,36	33,60
Outros Gastos e Perdas	20,91	1 840,11
<b>Total</b>	<b>112,41</b>	<b>1 884,99</b>

**14.13. Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2018 e 2017, foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	4,99	91,09
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>4,99</b>	<b>91,09</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>-4,99</b>	<b>-91,09</b>

**Declaração de responsabilidade**

Certificação Legal das Contas - Exercício de 2018

Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC, Lda. (SROC 207)

Rua de Chãos n.º 64

4630 – 275 Marco de Canaveses

Paços de Ferreira, 18 de Março de 2019

Exmos. Senhores

Pela presente confirmamos os seguintes elementos e informações que, na medida do nosso conhecimento e convicção, vos facultámos no decurso do vosso exame (Certificação Legal das Contas) das Demonstrações Financeiras da **MOVELTEX - Centro de Competências e de Incubação de Empresas, Associação** (anteriormente denominada **TECVAl - Centro de Incubação de Empresas de Novas Tecnologias do Vale do Sousa, Associação**), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2018, (que evidencia um total de Balanço de 224.792,74 euros e um total de Fundo Patrimonial de 140.478,84 euros, incluindo um Resultado Líquido Positivo de 13.985,64 euros) a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração de Fluxos de Caixa, as Demonstrações de Alterações no Fundo Patrimonial e os correspondentes Anexos do período findo naquela data.

1. Consideramos ser responsabilidade da Direcção fazer com que as Demonstrações Financeiras representem de forma verdadeira e apropriada a situação financeira do MOVELTEX, os resultados da sua atividade e as alterações verificadas na posição financeira, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal bem como a adoção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou irregularidades e salvaguardar o património do MOVELTEX.

2. Não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de Dezembro de 2018, que justifiquem ajustamentos ou divulgação nas demonstrações financeiras relativas ao exercício então findo, que afetem as situações e/ou informações nas mesmas reveladas, ou ainda que, embora não afetando aquelas demonstrações financeiras, situações ou informações, tenham alterado ou se espere que venham a alterar de forma significativa, favorável ou desfavoravelmente, a situação financeira do MOVELTEX, os seus resultados e/ou as suas atividades.

3. Foram-vos facultadas diversas atas disponíveis relativas às diversas reuniões dos órgãos sociais do MOVELTEX e os resumos de todas as deliberações tomadas por esses órgãos sociais em reuniões

recentes e relativamente às quais ainda não foram preparadas as respetivas atas, bem como todos os livros e registos contabilísticos e financeiros existentes e respetiva documentação.

4. Não temos conhecimento de quaisquer contas, transações ou acordos importantes que não tenham sido adequadamente reproduzidos e integrados nos livros e registos financeiros e contabilísticos que serviram de base à elaboração das nossas demonstrações financeiras, nem de quaisquer transações que tenham sido conduzidas em moldes que se afastem dos procedimentos aceitáveis em termos legais, comerciais ou éticos ou das condições correntes de mercado no tocante à normal e razoável formação dos preços.

5. Não temos conhecimento de (a) quaisquer irregularidades envolvendo gestores e/ou empregados que desempenhem funções de relevo no nosso sistema de controlo interno contabilístico, ou (b) de quaisquer irregularidades ou eventuais violações das leis ou normas legais em vigor, cujos efeitos devessem ter sido evidenciados nos mapas financeiros ou servido de base à criação de provisões ou ao registo de prejuízos contingentes. O MOVELTEX tem respeitado todos os acordos contratuais que subscreveu e cuja falta de aderência possa ter efeitos importantes nas demonstrações financeiras.

6. As demonstrações financeiras incluem todos os ativos de propriedade do MOVELTEX que nelas devem figurar.

7. Os créditos a receber evidenciados no balanço montante de 5.696,53 euros representam créditos válidos sobre clientes e outros devedores por vendas realizadas ou outros encargos repercutidos ou débitos lançados em ou antes de 31 de Dezembro de 2018.

A cobrança destes valores não está por qualquer forma condicionada nem existem acordos para o seu diferimento para além de um ano. O saldo de 3.717,09 euros em 31 de Dezembro de 2018 da provisão para créditos de cobrança duvidosa/outros devedores foi constituído na base de uma revisão efetuada aos saldos de clientes; consideramos que a mesma se encontra suficiente em face de todos os prejuízos estimados pela incobrabilidade das dívidas.

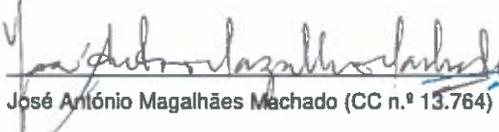
8. Todo o passivo do MOVELTEX de que temos conhecimento está incluído nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2018. Fizemos uma revisão cuidadosa da situação respeitante a compromissos, responsabilidades contingentes, ações judiciais, situações fiscais por regularizar e eventuais reclamações e/ou casos litigiosos, tendo concluído que são adequadas as provisões existentes para lhes fazer face bem como os respetivos elementos informativos constantes das demonstrações financeiras. Em particular:

(1) Consideramos que, caso a questão seja levantada pelas autoridades fiscais, poderemos demonstrar que as políticas de preços seguidas nas transações com entidades afins e/ou com

- interesses no MOVELTEX, obedecem a critérios de razoabilidade, independência e prática comercial corrente.
- (2) Não temos conhecimento de qualquer litígio pendente ou potencial ou de qualquer reclamação de natureza fiscal ou outra, de consequências significativas, nem encarregamos os nossos advogados de tratarem de qualquer dessas matérias.
9. Procedemos ao adequado registo e/ou divulgação nas demonstrações financeiras examinadas das seguintes situações:
- (1) Contas a receber ou a pagar em nome de entidades afins ou associadas do MOVELTEX, tais como subsidiárias, afiliadas, principais Associados, Directores, gestores, bem como das transações de venda, compra, financiamento, transferência, acordos de aluguer e/ou garantias com as mesmas entidades.
- (2) Acordos com instituições financeiras envolvendo a compensação de saldos, ou outros acordos limitativos da disponibilidade dos valores em caixa e em bancos ou de linhas de crédito, ou ainda outros acordos similares.
- (3) Acordos visando a posterior reacquisição de bens vendidos até à data do balanço.
- (4) Outros acordos que não se integrem no curso e objetivos normais da atividade do MOVELTEX.
- (5) Garantias verbais e outros contratos tais como compromissos com a compra ou venda de moeda estrangeira com prévia fixação de câmbios
9. Não temos projectos ou intenções de acções que possam pôr em causa a continuidade das operações.
10. Confirmamos que não existem outras contas bancárias abertas fora do Território Português, para além das que forma fornecidas.
11. Confirmamos que não existem outros advogados para além daqueles que nos foram fornecidos, nomeadamente a Advogada Dra. Ana Maria Sousa Matos.
12. Confirmamos que existem procedimentos sobre o branqueamento de capitais, e até à presente data não foram encontradas quaisquer irregularidades sobre esta matéria.
13. Confirmamos que foram fornecidas todas as informações em relação a fraude ou a suspeita de fraude de que tivemos conhecimento e que afete a entidade envolvendo:
- A Direção;
  - Empregados com cargos importantes no controlo interno; ou

- Outros, quando a fraude possa ter um efeito material nas Demonstrações Financeiras (ISA 240).
14. Confirmamos que foram fornecidas todas as informações em relação a alegações de fraude ou de suspeita de fraude que afete as demonstrações financeiras da entidade, comunicadas por empregados, ex-empregados ou outros (ISA 240).
  15. Confirmamos que vos foram dados conhecimento de todos os casos conhecidos de incumprimento ou suspeita de incumprimento de leis e regulamentos cujos efeitos devem ser considerados na preparação das demonstrações financeiras (ISA 250).
  16. Confirmamos que vos foram dados conhecimento da identidade das partes relacionadas da entidade e de todos os relacionamentos e transações com partes relacionadas de que tivemos conhecimento (ISA 550).

O Contabilista Certificado

  
José António Magalhães Machado (CC n.º 13.764)

A Direção

  
Humberto Fernando Leal Pacheco de Brito - Presidente

  
Samuel da Cunha Santiago - Vogal

  
Pedro Miguel Oliveira Rodrigues - Vogal

**Relatório e Parecer do  
Conselho Fiscal**

Senhores Associados,

**1** Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório Anual de Atividades e as Demonstrações Financeiras apresentados pela Direção da **MOVELTEX - Centro de Competências e de Incubação de Empresas, Associação** (anteriormente denominada **TECVAL - Centro de Incubação de Empresas de Novas Tecnologias do Vale do Sousa, Associação**), relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

**2** No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade do MOVELTEX. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos do MOVELTEX.

**3** No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço, a Demonstração de Resultados por Naturezas, a Demonstração de Fluxos de Caixa as Demonstrações de Alterações no Fundo Patrimonial e os correspondentes Anexos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da MOVELTEX e dos seus resultados;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;

iii) o Relatório Anual de Atividades e as Demonstrações Financeiras são suficientemente esclarecedores da evolução dos negócios e da situação do MOVELTEX evidenciando os aspetos mais significativos;

iv) a proposta de aplicação de resultados está em conformidade com as disposições estatutárias e legais aplicáveis.

**4** Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Direção e Serviços e as conclusões constantes na Certificação Legal das Contas, a qual, foi emitida nesta data sob a

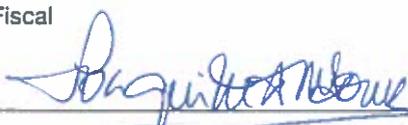


modalidade de sem reservas e com ênfase, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de Atividades (Relatório de Gestão da Direção);
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras; e
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Paços de Ferreira, 18 de Março de 2019

O Conselho Fiscal



Joaquim Adelino Moreira de Sousa



Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC, Lda. (SROC n.º 207)  
representada por Joaquim Jorge Amorim Machado, ROC 1.157



Paulo Jorge Rodrigues Ferreira



**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS****RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **MOVELTEX - Centro de Competências e de Incubação de Empresas, Associação** que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 224.792,74 euros e um total de fundos patrimoniais de 140.478,84 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 13.985,64 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa, relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

**Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

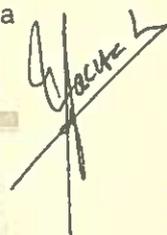
Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

**Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a

1/3





- fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
  - Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de





- acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
  - Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
  - Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

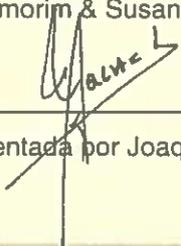
## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Marco de Canaveses, 18 de Março de 2019

Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC, Lda. (SROC n.º 207)

  
Representada por Joaquim Jorge Amorim Machado, ROC n.º 1.157

